

**CGTP**  
*INTERSINDICAL NACIONAL*

PRESS BOOK

Revista\_Imprensa\_14\_Setembro\_2021

CISION

## Revista de Imprensa

1. Cada aluno custa 6200 EUR por ano ao Estado, Correio da Manhã, 14/09/2021	1
2. BE só viabiliza com mexidas na lei laboral, Correio da Manhã, 14/09/2021	3
3. Saint-Gobain. Concentração, Correio da Manhã, 14/09/2021	4
4. Jerónimo passa raspanete a Costa, Diário de Notícias, 14/09/2021	5
5. Especialistas e governo voltam a discutir medidas para novo patamar da pandemia, Diário de Notícias, 14/09/2021	6
6. Jerónimo pede mais tento nas críticas aos autarcas, Inevitável, 14/09/2021	7
7. Saúde - Urgência do Garcia da Orta reabre, Inevitável, 14/09/2021	8
8. Estado vai arrecadar 196 milhões com subida dos gastos com pessoal, Negócios, 14/09/2021	9
9. Sonangol, uma privatização atrasada ou impossível?, Negócios, 14/09/2021	11
10. A cor do dinheiro, Negócios, 14/09/2021	13
11. Ilusões orçamentais e o sistema de segurança social, Negócios, 14/09/2021	14
12. Cerca de 40% dos governantes têm ligações ao sector privado, Público, 14/09/2021	16
13. Retoma e aumento de depósitos aliviam efeito do fim das moratórias, Público, 14/09/2021	18
14. Impacto da descida do IRS depende da taxa de retenção, Público, 14/09/2021	19
15. Faltam médicos em 75% das Urgências, Correio da Manhã, 14/09/2021	21
16. Fenprof acusa patrões de "má-fé", Correio da Manhã, 14/09/2021	22
17. Frase, Correio da Manhã, 14/09/2021	23
18. 30% dos que vivem nas cidades admitem mudar-se para o campo, Diário de Notícias, 14/09/2021	24
19. Revisão das leis laborais mistura-se com negociação orçamental, Diário de Notícias, 14/09/2021	25
20. Partidos escolhem temas, Diário de Notícias, 14/09/2021	26
21. BE não abdica de negociar legislação laboral, Inevitável, 14/09/2021	27
22. Sindicato da Altice quer constituir-se assistente, Inevitável, 14/09/2021	28
23. BE só viabiliza OE se Governo aceitar mexer nas leis laborais, Jornal de Notícias, 14/09/2021	29
24. Grandes negócios obrigados a manter emprego em 2022 para terem benefícios, Negócios, 14/09/2021	30
25. Fiscalidade é um instrumento de política concorrencial, Negócios, 14/09/2021	32
26. Elevador, Negócios, 14/09/2021	34
27. Fenprof acusa patrões de "má-fé" nas negociações, Público, 14/09/2021	35

ANO LETIVO  
2021/22

ALIMENTOS | 1POR CENTO CUMPRIA

**A** penas 1 por cento das escolas cumpria as orientações que limitavam a venda de alimentos prejudiciais à saúde nos bares e máquinas automáticas e que, no próximo ano letivo, passam a estar legalmente proibidos, revelou o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.

EDUCAÇÃO

# Cada aluno custa 6200 euros por ano

**ESCOLAS** ⚡ Despesa do Estado disparou 30% desde 2015, anunciou Tiago Brandão Rodrigues  
**PRÉ-ESCOLAR** ⚡ Abertas mais 2 mil vagas, nomeadamente nas zonas urbanas de Lisboa e do Porto



Tiago Brandão Rodrigues

## Cantinas vão ser alvo de fiscalização

⚡ As cantinas das escolas começam hoje a ser alvo de ações aleatórias de fiscalização para garantir a qualidade das refeições fornecidas aos alunos, revelou o ministro da Educação, anunciando um novo plano de controlo de qualidade. ●



Ano letivo começa hoje para 1,2 milhões de alunos do ensino público, mas as atividades letivas só deverão arrancar a sério a partir de quinta e sexta-feira

EDGAR NASCIMENTO

**O** custo de cada aluno do ensino público disparou com os governos de António Costa. Em 2009/10, segundo o Tribunal de Contas, cada aluno 'custava' ao Estado 4415,45 euros/ano. Em 2015 (ano em que o PS passou a governar o País), segundo revelou agora o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, o custo rondava 4700 euros. Este ano, são 6200 euros por aluno, um aumento de "mais de 30%".

Nestas contas entram todas as questões pedagógicas e curri-

culares, assim como o investimento feito na formação de professores e nas escolas, como o edificado, explicou o ministro, em entrevista à Lusa.

O ano letivo começa hoje para

### EM 2015 O CUSTO ANUAL POR ALUNO NO PÚBLICO RONDAVA 4700 EUROS

1,2 milhões de alunos, mas a maioria das escolas e jardins de infância só inicia as atividades letivas na quinta e na sexta-feira. Este ano, segundo Tiago Brandão Rodrigues, há mais

duas mil vagas para os alunos do Pré-Escolar, tendo sido abertas mais 80 salas nas zonas onde há mais procura. "Sabemos que a frequência da educação Pré-Escolar de qualidade, pelo menos durante um ano, é um grande influenciador para que todo o percurso educativo possa ser um sucesso", disse o ministro da Educação. As vagas situam-se nas regiões onde existe mais procura, ou seja, nas zonas urbanas de Lisboa e do Porto, mas também nas regiões "sujeitas a grandes levadas migratórias internas".

Os diretores estão apreensivos com a falta de professores e de funcionários não docentes. Concretizar o plano de recuperação de aprendizagens perdidas durante a pandemia vai ser

### FALTAM MEIOS PARA O PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

tarefa árdua. "Vamos ter de fazer mais com os mesmos recursos", diz o vice-presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, David Sousa. ●

### ESCOLAS PRIVADAS TÊM 20% DOS ESTUDANTES

⚡ Portugal tem 1,5 milhões de alunos do Pré-Escolar ao Secundário, dos quais 1,2 milhões no público e 306 mil no privado (20% do total). É no Pré-Escolar que a oferta do privado mais se aproxima do Estado: 112 mil das 238 mil crianças estão em privados. ●

### PORMENORES

#### Máscara obrigatória

O uso de máscara é obrigatório nas escolas para todos os adultos e para os alunos a partir do 2º ciclo de Ensino Básico. No 1º ciclo, o uso de máscara pelas crianças é "fortemente recomendado" pela Direção-Geral da Saúde.

#### Testagem em massa

Nas primeiras semanas do ano letivo vão ser feitas ações de testagem em massa à Covid-19 a alunos, professores e não docentes do 3º ciclo e Secundário.

#### 99% estão vacinados

A taxa de vacinação de professores e auxiliares é de 99%, segundo a "task force" do plano de vacinação.



TERÇA-FEIRA 14/09/2021 | DIÁRIO | €1,30 (C/IVA)

AVISTAMENTOS

**ATUNS TRAZEM ORCAS À COSTA PORTUGUESA**

P.19

www.cmjornal.pt

**CORREIO**  
da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES  
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

NEGLIGÊNCIA MÉDICA P.20

**BEBÉ MORRE HORAS APÓS ALTA DO HOSPITAL DE ÉVORA**

**QUATRO HOMICÍDIOS FIM DE SEMANA SANGRENTO NA REGIÃO DE LISBOA** P.6 E 16

MULHER MATA CUNHADO COM 12 FACADAS. APANHADO ASSASSINO DE ALCÂNTARA. PJ LANÇA OPERAÇÃO PARA CAÇAR SUSPEITO DO CAIS DO SODRÉ

AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS REVELA P.4 E 5

**SEF DESVIA MILHÕES DA EUROPA**

**DINHEIRO PARA REFUGIADOS SEM CONTROLO**

➔ **CADA MIGRANTE** devia receber dez mil euros mas só ficava com seis mil

VIDAS P.40 A 45

'Big Brother' aposta na ousadia

**LETÍCIA INCENDEIA REALITY SHOW**

MAITÉ PROENÇA E ADRIANA CALCANHOTTO VIVEM PAIXÃO

**ULTIMATO DE JUIZ A RICARDO SALGADO** P.27

**"SE QUISER VIR VEM, SE NÃO QUISER VIR NÃO VEM. TEMOS MAIS QUE FAZER"**

**GUERRA NAS ÁGUIAS** P.8

**BENFICA AMEAÇA NEGÓCIO DE VIEIRA**

VENDA DE AÇÕES

**LIGA DOS CAMPEÕES**

DÍNAMO KIEV - BENFICA, 20H00, ELEVEN SPORTS 1

P.9

**JESUS COMPARA D. KIEV COM BAYERN E BARÇA**

**LANCE COM COATES** P.10

**SPORTING QUER CASTIGO PARA AGRESSÃO DE PEPE**

**PANDEMIA** P.12 E 13

**MEDO DO CONTÁGIO E DA GRIPE CONDICIONA USO DE MÁSCARA**

**ENSINO PÚBLICO** P.14

**Cada aluno custa 6200 € por ano ao Estado**

**ELEIÇÕES** P.24 E 25

**Líderes em força na campanha autárquica**

Uma história tão rica que está gravada em moedas.

**CORREIO**

Todas as 6<sup>as</sup> feiras

**4,95€ + JORNAL**

Presente + OFERTA de 2 réplicas de moedas.

**idealista**

O portal imobiliário líder em Portugal

## ORÇAMENTO DO ESTADO

**BE só viabiliza  
com mexidas  
na lei laboral**

A líder do BE, Catarina Martins, avisou ontem o Governo que o partido só viabilizará o Orçamento do Estado de 2022 se obtiver um “compromisso” do Executivo para alterar a lei laboral com vista ao aumento dos salários e ao combate à precariedade. “Não abdicamos de negociar legislação do trabalho ao mesmo tempo que negociamos Orçamento do Estado”, frisou Catarina Martins, considerando que, se não for dado esse passo, tudo o que o Governo anuncia “não significa nada para a vida das pessoas”. ● S.P.

**Catarina Martins, líder do BE**

**SAINT-GOBAIN****CONCENTRAÇÃO**

**O**s trabalhadores da Saint-Gobain Sekurit Portugal concentram-se amanhã, em Lisboa, contra a intenção de despedimento coletivo e encerramento da produção e transformação de vidro automóvel em Portugal. Os trabalhadores contam ser recebidos no Ministério do Trabalho, para exigir ao Governo uma intervenção.



ANTÓNIO COSTA/LUSA

Líder do PCP esteve ontem na campanha de João Ferreira.

## Jerónimo passa raspanete a Costa

**ELEIÇÕES** Líder comunista não gostou de reparos do líder socialista a autarcas da CDU.

O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, sugeriu ontem a António Costa que tenha "mais tento" e "mais cuidado" nas críticas apontadas aos autarcas comunistas, considerando que é "inquestionável" o trabalho da CDU ao serviço das populações.

"Há poucos dias António Costa clamava aos autarcas que trabalhassem e não reivindicassem. Acho que bateu na porta errada", sustentou o dirigente comunista, durante uma iniciativa autárquica sobre transportes e mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, na Estação Fluvial Sul e Sueste, em Lisboa.

Jerónimo de Sousa respondeu às críticas feitas na semana passada pelo secretário-geral do PS e também primeiro-ministro, em Setúbal. "Quando ouço alguns dizerem que o PRR é para servir o grande capital e as ordens de Bruxelas... pergunto se é para o grande capital e para as ordens de Bruxelas que podemos ter educação de qualidade, saúde de qualidade, habitação de qualidade, melhor transporte público", sustentou Costa, apontando o dedo aos autarcas comunistas dos municípios daquele distrito. Segundo acrescentou, é preciso haver "autarcas que digam 'sim, nós estamos aqui para trabalhar, não estamos aqui só para reivindicar para que os outros trabalhem por conta de nós'".

Ontem, Jerónimo respondeu: "Quem conhece a CDU, e eu acredito que Antó-

nio Costa conhece a CDU, devia ter mais tento, mais cuidado, porque se há coisa inquestionável é a obra da CDU ao serviço das populações do país."

Voltando-se para o que ainda está por fazer nos transportes públicos, o líder comunista advogou que durante vários anos PS e PSD, "com maior ênfase" nos sociais-democratas, "aumentaram o custo dos transportes, reduziram a oferta, desinvestiram nas empresas públicas e nos transportes em geral, reduziram a capacidade técnica e financeira de todo o sistema proporcionando uma situação calamitosa". O resultado, disse, são frotas "velhas e com poucas condições", horários de transportes públicos "escassos e desadequados, número de trabalhadores claramente insuficiente e, na generalidade, com baixos salários".

Já a "conquista" de um passe metropolitano, Jerónimo reivindicou-a para a intervenção da CDU junto da população, que também possibilitou poupanças de algumas centenas de euros a várias famílias. E justificou esta evidência com os testemunhos de várias utentes de várias zonas da Área Metropolitana de Lisboa que discursaram perante a plateia de cerca de 50 pessoas na qual estava o secretário-geral. Contudo, é preciso ir mais longe e alcançar, na visão do PCP, a gratuitidade dos passes para os menores de 18 anos e a fixação do preço máximo do passe metropolitano em 30 euros (em vez dos atuais 40). LUSA



Presidente da República e primeiro-ministro voltam a ouvir especialistas.

## Especialistas e governo voltam a discutir medidas para novo patamar da pandemia

**COVID-19** Taxa de vacinação alta leva a equacionar nova fase de desconfinamento. Taxa de incidência e Rt baixam.

**A**s reuniões sobre a evolução da situação epidemiológica da covid-19 em Portugal, juntando políticos e especialistas, vão ser retomadas esta quinta-feira no Infarmed, em Lisboa. A reunião de quinta-feira, prevista para as 15.00, decorrerá em formato “semipresencial”, esperando-se que, tal como aconteceu em 9 de julho passado, o chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, e o primeiro-ministro, António Costa, estejam na sede do Infarmed.

Como tem sido habitual, a ministra da Saúde, Marta Temido, e grande parte dos especialistas estarão presentes e, desta vez, os diferentes partidos com assento parlamentar poderão enviar um elemento à reunião. Os restantes acompanharão os trabalhos por videoconferência.

Na semana passada, a ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, adiantou que nesta nova reunião do Infarmed será debatido o novo patamar do processo de desconfinamento, num momento em que Portugal está próximo de ter 85% da população vacinada contra a covid-19.

“A intenção do Governo é que se realize uma nova reunião do Infarmed para debater este novo patamar e as medidas que se devem aprovar”, declarou na altura a ministra da Presidência.

Apesar de não ter fornecido detalhes sobre o que vai acontecer quando Portugal atingir esse patamar de 85% da população vacinada, Mariana Vieira da Silva advertiu que, mesmo assim, o país, a partir de outubro, vai ter de continuar a conviver com algumas “medidas obrigatórias” e com recomendações da Direção Geral da Saúde.

A decisão de realizar este encontro foi conhecido no dia em que a taxa de incidência nacional de infeções com SARS-CoV-2 nos últimos 14 dias em Portugal baixou de 240 para 208,3 casos por 100 mil habitantes e o índice de transmissibilidade desceu para 0,85.

Segundo o boletim epidemiológico conjunto da Direção-Geral da Saúde e do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge divulgado ontem, a taxa de incidência (média de novos casos por 100.000 habitantes nos últimos 14 dias) nacional baixou dos 240,7 casos, na sexta-feira, para 208,3. Em Portugal continental, a taxa de incidência baixou de 247,9 para 214.

O Rt – que estima o número de casos secundários de infeção resultantes de uma pessoa portadora do vírus – está hoje em 0,85 a nível nacional e em 0,87 em Portugal continental. Na sexta-feira estava em 0,87 em todo o território.

### 458 casos

Quanto aos casos de doença a DGS anunciou que no domingo foram detetados 458 pessoas com infeção pelo SARS-CoV-2, tendo-se registado cinco mortes atribuídas à covid-19. De acordo com o boletim epidemiológico da Direção-Geral da Saúde ontem estavam internadas 586 pessoas com covid-19, mais 17 do que no domingo, 119 das quais em unidades de cuidados intensivos, menos uma.

Entretanto, a *task force* que coordena o programa de vacinas contra a covid-19 anunciou que “está a ser desenhado um plano” para desativar os centros de vacinação, um processo gradual que vai arrancar quando 85% da população estiver completamente vacinada. **DN/LUSA**



## Jerónimo pede mais tento nas críticas aos autarcas

**PORTUGAL** O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, sugeriu a António Costa que tenha “mais tento” e “mais cuidado” nas críticas apontadas aos autarcas comunistas, considerando que é “inquestionável” o trabalho da CDU ao serviço das populações. “Há poucos dias António Costa clamava aos autarcas que trabalhassem e não reivindicassem. Acho que bateu na porta errada”.



## Saúde

### Urgência do Garcia da Orta reabre

#### ATENDIMENTO NOTURNO

O atendimento noturno nas Urgências da ala pediátrica do Hospital Garcia da Orta (HGO), em Almada, voltou a abrir ontem às 20h, após encerrar a 18 de novembro de 2019, devido à dificuldade em assegurar escalas que permitissem manter profissionais em número e diferenciação exigidos por lei. Atualmente, a Urgência Pediátrica do Hospital conta com oito pediatras, que "passam a assumir as funções de chefe de equipa de urgência, o dobro do existente em 2019".

#### DEDICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Num comunicado enviado às redações, o diretor do serviço de pediatria, João Franco, afirma que a reabertura do atendimento noturno só é possível devido à "competência e dedicação dos profissionais que permitiram preservar a qualidade e humanização de cuidados".

#### AGRADECIMENTO AOS CUIDADOS PRIMÁRIOS

O mesmo destacou ainda o empenho de todos os profissionais do Agrupamento de Centros de Saúde de Almada e do Seixal, que trabalham de forma integrada com HGO, inclusive na urgência pediátrica e no atendimento da doença aguda em idade pediátrica, nos cuidados de saúde primários.



## FINANÇAS PÚBLICAS

# Estado encaixa 196 milhões com subida dos gastos com pessoal

O Governo prevê um acréscimo de despesa de 580 milhões de euros com salários dos funcionários públicos em 2022, mesmo sem aprovar novas medidas, mas também há um retorno através do IRS e das contribuições sociais.

João Cortesão

PAULO RIBEIRO PINTO  
paulopinto@negocios.pt

Após ano, tem sido uma guerra de números e de argumentos entre o Ministério das Finanças e a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) sobre a contabilização da receita para o Estado decorrente dos aumentos salariais na Função Pública. Mas este ano, o Governo antecipa o valor esperado e divulgou o montante no Quadro de Políticas Invariantes (QPI), um documento que chegou ao Parlamento no final de agosto.

É como se fosse a herança das decisões passadas. A cada ano, no arranque do processo orçamental do ano seguinte, o Governo tem de calcular quais são as despesas e as receitas adicionais resultantes de medidas de política já em vigor, face à estimativa para o ano corrente. Estas contas são um ponto de partida para as decisões que vierem a ser tomadas no OE 2022.

Para o próximo ano, o Ministério das Finanças prevê um encaixe de 196,2 milhões de euros de receita por via das várias medidas já previstas que aumentam a despesa com pessoal em 2022. No QPI, uma obrigação que resulta da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), o gabinete de João Leão explica que esta receita "corresponde a despesa a cargo das Administrações Públicas com salários dos trabalhadores e que tem repercussões do lado da receita contributiva, bem como por via dos impostos e contribuições devidas ao Estado por estes trabalhadores". Ou seja, estamos a falar de IRS, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações (CGA) e ADSE.



Governo revelou a previsão de receita com mais despesa salarial no Estado.

Assim, para 2022, e sem a adoção de novas medidas que aumentem a massa salarial, o Governo conta despende mais 579,6 milhões de euros (em termos brutos), face a este ano. Contabilizando a receita adicional, a despesa líquida é de 383,4 milhões de euros.

Quando o Governo decide aumentar os salários ou contratar mais funcionários – como é o caso –, não tem apenas despesa, também há o outro lado da equação, com mais receita, mas ao longo dos anos, não era prática a publicação destes

acréscimos para os cofres públicos, motivando duras críticas da UTAO no momento da análise dos diferentes orçamentos do Estado.

Uma das mais contundentes surgiu na análise ao Orçamento do Estado para este ano. "Não parece coerente contar os efeitos das medidas na despesa e ignorar os efeitos que as mesmas medidas produzem na receita, se o objetivo do exercício for identificar corretamente as pressões das medidas sobre o saldo orçamental no ano da previsão", indicavam os peritos,

## ACRÉSCIMO NA DESPESA TAMBÉM REPRESENTA MAIS RECEITA

Quadro de Políticas Invariantes (variação de 2022 face a 2021)

O Ministério das Finanças prevê um encaixe de 196,2 milhões de euros de receita por via das várias medidas já previstas que aumentam a despesa com pessoal.

	Milhões de euros
Despesas com pessoal (valor bruto)	579,6
Progressões e promoções	251,0
Contratações em curso	75,0
Mitigação do congelamento de carreiras	51,0
Aumentos assistentes operacionais e técnicos nas escolas	21,7
Hospital de Vila Franca de Xira	12,1
Outras despesas não especificadas	168,8
Receita	196,2

Fonte: Ministério das Finanças

acrescentando que "salvo melhor opinião", o Ministério das Finanças se tinha "esquecido" de adicionar a receita.

Os técnicos, que prestam apoio aos deputados da Comissão de Orçamento e Finanças, sugeriram em sucessivos relatórios, que o Governo desagregasse os montantes em causa, indicando a despesa líquida e não o encargo bruto.

Os valores divulgadas no Quadro de Políticas Invariantes não contemplam, como referido, medidas adicionais que podem fazer aumentar a despesa com pessoal, o que ainda pode acontecer no decurso das negociações entre o Governo e os partidos com assento parlamentar até à apresentação do Orçamento prevista para o dia 11 de outubro.

### Progressões pesam mais

Do bolo do acréscimo de despesa com pessoal esperado para o próximo ano, as progressões e promoções já prometidas apresentam o

montante mais relevante, 251 milhões de euros. Esta rubrica representa mais de 43% dos 579,6 milhões de euros previstos no encargo adicional face ao atual exercício orçamental.

De acordo com as Finanças, o acréscimo do encargo com os funcionários públicos resulta de cinco grandes medidas: além das progressões e promoções, há ainda que contar com o efeito das contratações em curso (75 milhões de euros), da mitigação do tempo de serviço congelado nos professores e noutras carreiras especiais (51 milhões de euros), aumento dos assistentes operacionais e assistentes técnicos para as escolas (21,7 milhões de euros), a integração dos trabalhadores do Hospital de Vila Franca de Xira (12,1 milhões de euros) e outras despesas que não são detalhadas (168,8 milhões de euros).

São medidas que foram negociadas com a esquerda, nomeadamente o PCP, para garantir a aprovação do documento no Parlamento. ■

# negócios

negocios.pt

Terça-feira, 14 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4579 | € 2,70  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Colso Filipe**

**NAZARÉ DA C. CABRAL**  
Ilusões orçamentais e o sistema de segurança social  
OPINIÃO 31



**PEDRO BRINCA**  
Fiscalidade é um instrumento de política concorrencial  
OPINIÃO 28




**JORGE DELGADO**  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DAS INFRAESTRUTURAS

**“Temos de encontrar formas de financiar a alta velocidade”**

Concurso para a compra de comboios para estas linhas será lançado em 2022.

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

VÍTOR MORA

**Política monetária**  
Mudança precoce do BCE asfixiaria recuperação

ECONOMIA 14

**Estudo**

Um euro gasto em cerveja rende o dobro à economia

EMPRESAS 20

**Radar África**

Sonangol, uma privatização atrasada ou impossível?

ECONOMIA 16

Publicidade



**APROVEITE A ENERGIA SOLAR**  
SOLUÇÕES CHAVE NA MÃO PARA A SUA EMPRESA  
INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS & E-MOBILIDADE

Descubra mais em  
[solvasto.pt](http://solvasto.pt)

## Há 402 empresas que têm mais de 100 anos

Estudo da Informa D&B faz o retrato das centenárias em Portugal. Na maioria são microempresas e estão concentradas no retalho e indústria. EMPRESAS 18 e 19

Grandes negócios obrigados a manter emprego em 2022 para terem benefícios



Finanças confirmam que grandes empresas que tenham ano fiscal diferente do ano civil arriscam perder isenções ou apoios públicos se eliminarem postos de trabalho.

ECONOMIA 10

Estado vai arrecadar 196 milhões com subida dos gastos com pessoal

ECONOMIA 12

Apple agiganta-se sob a batuta de Tim Cook

Ações subiram dos 14 para os 151 dólares em 11 anos.

MERCADOS 22 e 23



## ECONOMIA



## RADAR ÁFRICA

Rubrica semanal que se publica às terças-feiras

# Sonangol, uma privatização atrasada ou impossível?

**Em 2020, o Presidente de Angola garantia que o IPO da Sonangol ia avançar em 2022. Agora, o líder da petrolífera diz que o processo está atrasado, confirmando aquilo que se pressentia. Resta saber se a operação alguma vez avançará.**



**CELSO FILIPE**  
Diretor adjunto  
[cfilipe@negocios.pt](mailto:cfilipe@negocios.pt)

**CELSO FILIPE**  
[cfilipe@negocios.pt](mailto:cfilipe@negocios.pt)

**A**s declarações do presidente da Sonangol, Sebastião Gaspar Martins, sobre a abertura do capital da petrolífera angolana a privados são preocupantes. Por duas ordens de razão. A primeira deriva do facto de se constatar que o processo está irremediavelmente atrasado. A segunda tem a ver com a circunstância de Sebastião Gaspar Martins considerar que são precisos três a quatro anos para preparar um IPO (oferta pública inicial na sigla inglês).

Estas duas observações permitem concluir que se terão dado passos muito curtos para realizar a operação desde que o Presidente da República, João Lourenço, assumiu publicamente a sua necessidade estratégica.

João Lourenço, em outubro de 2020, numa entrevista ao Wall Street Journal, assumia a intenção de alienar 30% do capital da petrolífera através de um IPO durante o ano de 2022. Questionado sobre um eventual adiamento da operação, devido à pandemia de covid-19, o chefe de Estado garantia: "As premissas do programa de reestruturação da Sonangol não mudaram. Encontra-se em fase final de implantação e um de seus objetivos é a preparação da empresa para a Oferta Pública Inicial de até 30%." O programa de reestruturação a que João Lourenço alude, na entrevista ao jornal norte-americano, foi aprovado pelo próprio a 26 de setembro de 2018.

"É preciso que fiquem cientes de que o IPO vai acontecer,



Sebastião Gaspar Martins diz que o IPO da Sonangol está atrasado.

mas precisamos de fazê-lo bem e não com a pressão de se poderá pretender que aconteça", afirmou Sebastião Gaspar Martins. Ora, ao contrário do que sugere o líder da Sonangol, não existem movimentos externos a forçarem este desfecho, mas sim uma agenda estabelecida pelo próprio Presidente da República.

Por isso, o calendário assumido publicamente por João Lourenço desmente a afirmação de que "o processo não está atrasado", proferida por Sebastião Gaspar Martins.

## Complexidade e prejuízos

A privatização parcial da Sonangol é, reconhecidamente, um processo de grande complexidade, até pela estrutura tentacular que o Estado lhe foi conferindo ao longo

dos seus 45 anos de existência, aproveitando-a para tapar todas as necessidades. No entanto, visto de fora, atendendo a que o processo de reestruturação foi aprovado em 2018, os dados parecem ter sido diminutos. Uma constatação suportada pela avaliação de Sebastião Gaspar Martins. "Já conseguimos fazer a separação dos trabalhadores que estavam ligados a Sonangol e agora fazem parte da ANPG [Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, entidade concessionária], conciliar despesas que estavam confusas entre o que era despesa do Estado e da Sonangol, mas ainda temos muito para fazer."

Uma prova disso mesmo reside no facto de o auditor das contas da Sonangol, a KPMG, ter manifestado várias reservas

quanto às demonstrações financeiras, nomeadamente no que diz respeito aos mais de 1,5 mil milhões de euros de créditos do grupo sobre o Estado angolano.

Os resultados de 2020, um prejuízo de 2,5 mil milhões de euros, pese embora a Sonangol tenha capitais próprios positivos de 7,6 mil milhões de euros mostram que a entrada de um ou mais parceiros estratégicos é fundamental para construir o futuro da petrolífera e permitir melhores condições de acesso aos mercados financeiros.

Face ao enquadramento que existe à volta da dispersão de parte do capital da petrolífera angolana em bolsa, parece que, mais do que um atraso, esta operação estará presa na teia da impossibilidade. ■

## BALANÇO E CONTAS

### A FATURA DA SORTE JÁ TEM UMA IRMÃ

Em 2014, o Governo português criou a Fatura da Sorte, uma iniciativa para incentivar os contribuintes a pedirem fatura e assim auxiliarem no combate à evasão fiscal. A ideia foi bem-sucedida e a Fatura da Sorte continua ativa. Inspirado neste modelo, o Governo cabo-verdiano anunciou a criação da Fatura da Felicidade, exatamente com o mesmo propósito. O Ministério das Finanças deste país decidiu criar três tipos de concursos. Um semanal "regular" com vales de compras como prémios, outro trimestral designado como "extraordinário", a realizar em janeiro, abril, julho e outubro, distribuindo viaturas elétricas, e um concurso "especial", em dezembro, para sortear um apartamento.

### EUA TREINAM MILITARES MOÇAMBICANOS

Os EUA concluíram em Moçambique o segundo treino militar conjunto face à ameaça terrorista em Cabo Delgado, no Norte do país. "Os Estados Unidos continuam empenhados em ajudar Moçambique a combater o terrorismo e a prevenir o alastramento do extremismo violento", disse o embaixador dos EUA, Dennis Hearne, citado pela agência Lusa.

## 172

Angola vai pedir 172 milhões de euros ao BIRD para apoiar na resposta à covid-19.

# negócios

negocios.pt

Terça-feira, 14 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4579 | € 2,70  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Colso Filipe**

**NAZARÉ DA C. CABRAL**  
Ilusões orçamentais e o sistema de segurança social  
OPINIÃO 31



**PEDRO BRINCA**  
Fiscalidade é um instrumento de política concorrencial  
OPINIÃO 28




**JORGE DELGADO**  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DAS INFRAESTRUTURAS

**“Temos de encontrar formas de financiar a alta velocidade”**

Concurso para a compra de comboios para estas linhas será lançado em 2022.

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

**Política monetária**  
Mudança precoce do BCE asfixiaria recuperação

ECONOMIA 14

**Estudo**  
Um euro gasto em cerveja rende o dobro à economia

EMPRESAS 30

**Radar África**  
Sonangol, uma privatização atrasada ou impossível?

ECONOMIA 16

Publicidade



**SOLVasto**

**APROVEITE A ENERGIA SOLAR**  
SOLUÇÕES CHAVE NA MÃO PARA A SUA EMPRESA  
INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS & E-MOBILIDADE

Descubra mais em [solvasto.pt](http://solvasto.pt)

## Há 402 empresas que têm mais de 100 anos

Estudo da Informa D&B faz o retrato das centenárias em Portugal. Na maioria são microempresas e estão concentradas no retalho e indústria. EMPRESAS 18 e 19

Grandes negócios obrigados a manter emprego em 2022 para terem benefícios



Finanças confirmam que grandes empresas que tenham ano fiscal diferente do ano civil arriscam perder isenções ou apoios públicos se eliminarem postos de trabalho.

ECONOMIA 10

Estado vai arrecadar 196 milhões com subida dos gastos com pessoal

ECONOMIA 12

Apple agiganta-se sob a batuta de Tim Cook

Ações subiram dos 14 para os 151 dólares em 11 anos.

MERCADOS 22 e 23

A COR DO  
DINHEIRO**CAMILO LOURENÇO**Analista de economia  
camilolourenco@gmail.com

## João Mãos de Tesoura

O Negócios deu ontem conta de um "déjà vu" dos governos de António Costa: uso e abuso de cativações como política orçamental. Os números mostram que a execução orçamental deste ano confirma que João Leão (ou será João Mãos de Tesoura?) tem os mesmos tiques de Mário Centeno. E até vai mais longe do que o antecessor: de um total de 2,98 mil milhões de despesa dependentes do ministro das Finanças (espalhados pela dotação provisional, reserva orçamental, cativações do orçamento e dotações centralizadas), João Leão desbloqueou apenas 9%.

Ora isto mostra duas coisas. 1 - A po-

lítica orçamental deste Governo e do anterior são iguais: apostam no congelamento de despesa pelo ministro das Finanças. 2 - Essa política não mudou nada desde os tempos em que Teodora Cardoso, ex-presidente do Conselho de Finanças Públicas, a comparou com a política orçamental do dr. Salazar.

Qualquer governo usa cativações para em algum momento cumprir metas de despesa? Sim, mas não é essa, contudo, a praxis deste Governo: as cativações tornaram-se na principal arma de política financeira. Ainda na semana passada a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orça-

mental) dizia que a despesa do Ministério da Saúde e o da Educação está suborçamentada e que o Governo terá de fazer novas transferências no último trimestre de 2021 para fazer face aos compromissos. Tal como sucedeu em anos anteriores...

Acresce que a prática financeira do Governo tem outro problema: subtrai ao Parlamento a fiscalização da execução do OE 2021. Isto é um problema? É. A prática de João Leão, tal como do antecessor, prejudica o escrutínio que o Parlamento, mandatado pela Constituição, tem de fazer da política financeira do Governo. ■



CONVIDADA



NAZARÉ DA COSTA CABRAL

Presidente do Conselho Superior do Conselho das Finanças Públicas

## Ilusões orçamentais e o sistema de segurança social

**I** - O conceito de ilusão orçamental, embora explorado sobretudo a partir dos anos 70 pelos cultores da chamada teoria da Public Choice, é de origem bem mais antiga, devendo a sua formulação seminal ao economista italiano Amilcare Puviani, na sua obra de 1903, "Teoria dell'illusione finanziaria". A ilusão orçamental acontece quando as receitas públicas e o esforço fiscal associado não são de imediato percebidos pelos contribuintes, o que estimula, por parte do governo do setor em causa, o aumento da despesa pública coberta por essa mesma receita. Por exemplo, no quadro das relações entre diferentes níveis de governo, as transferências ou subvenções feitas pelo Estado central para os níveis infraestaduais (estados, regiões ou autarquias locais) são usualmente associadas - desde Gramlich (1971) - ao chamado efeito "flypaper" (papel mata-moscas), a partir da expressão celebrizada por Okun, "(grant) money sticks where it hits" (o dinheiro da subvenção "gruda" onde se fixa), tal como uma mosca se fixa no papel mata-moscas. Ou seja, a transferência ou subvenção cria uma espécie de ilusão de que a receita transferida não tem custos para os contribuintes, estimulando assim o gasto público associado.

II - Também nas relações financeiras entre o Estado e outros setores financeiros, ainda que de natureza não territorial - como é o caso do setor da segurança social -, podemos encontrar manifestações deste fenómeno de ilusão orçamental. A simples existência de transferências do Orçamento do Estado (OE), baseadas em impostos, para financiar uma parte das despesas do sistema de segurança social - que são as despesas de natureza não contributiva (entre nós, e.g. pensões sociais, rendimento social de inserção e a própria ação social) - pode potenciar este efeito. A ilusão que se cria de que por trás dessa receita inexistente um custo pode favorecer a tentativa de in-

duzir o aumento da despesa através de: i) criação de novas prestações sociais; ii) facilitação dos critérios de acesso às prestações existentes; iii) aumento dos valores e/ou do prazo de atribuição das mesmas. A este primeiro tipo de ilusão orçamental direta - direta porque as despesas não contributivas da segurança social - deveremos ainda acrescentar formas de ilusão orçamental indireta, resultantes do redimensionamento ou reconfiguração do próprio sistema contributivo (previdencial) em prol do financiamento ou da "lógica" fiscal, com isso atenuando a perceção da evolução dos riscos sociais e do seu custo. Convém recordar que o nosso regime contributivo radica num modelo de taxa contributiva global (vulgarmente, taxa social única, TSU) que cobre a integralidade dos riscos sociais (velhice, desemprego, doença, parentalidade, invalidez e morte). Este modelo contrapõe-se ao modelo de taxas ou seguros específicos para cada um desses riscos. Ainda que a taxa global tenha a vantagem de assegurar uma melhor partilha de risco (na gestão entre riscos sociais), tem igualmente a desvantagem de não permitir refletir adequadamente a evolução do custo técnico das eventualidades que a integram. Tal modelo pode mesmo conduzir a uma maior opacidade na gestão financeira das diferentes eventualidades: desde logo, o impacto que uma determinada alteração legislativa (e.g. maior generosidade das condições de acesso a certa prestação) tem sobre o próprio custo das eventualidades afetadas não é imediatamente internalizado nas contribuições para o sistema.

Ora, no quadro deste nosso modelo, assistiu-se nos últimos anos a um redimensionamento do regime contributivo em prol do reforço da "lógica" fiscal, fundamentalmente através da progressiva "desnatação" da TSU. Esta desnatação implicou retirar algumas

prestações ou riscos sociais do âmbito da TSU, não para serem suprimidos, mas para serem integrados no regime não contributivo, e assim financiados já não através das contribuições sociais, mas sim por transferências do OE (alimentadas por impostos) ou da consignação de receita fiscal. Foi o que sucedeu, por exemplo, com as prestações familiares (e.g. abono de família). Esta retirada das prestações familiares poderia ter implicado, na mesma proporção, a redução da TSU e assim o desagravamento do esforço contributivo das empresas. No entanto, tal não foi considerado possível: a desnatação serviu, isso sim, para parcialmente compensar o aumento do custo da velhice sem obrigar a elevar a TSU (que assim se manteve inalterada nos 34,75%), não tendo esse aumento de custo sido sequer percecionado pelos contribuintes. Aliás, este processo de desnatação, para além das prestações familiares, abrangeu ainda prestações sem suporte contributivo, como foi o caso dos complementos sociais no âmbito da pensão mínima do regime geral. Se é verdade que, neste caso, a passagem de um financiamento contributivo para um financiamento através do OE se justificou amplamente pela ausen-

te base contributiva destas prestações (evitando assim que fossem suportadas pelos trabalhadores com os seus "descontos"), a verdade é que esse financiamento fiscal de tais prestações sem base contributiva mas em todo o caso enxertadas no quadro de eventualidades de natureza contributiva acaba, também ele, por conduzir a uma menor perceção do seu custo e do impacto que acarretam para o custo dos riscos sociais em que se enxertam (no exemplo dado, o custo do risco velhice).

III - O papel do sistema de segurança social é inestimável enquanto instrumento de estabilização macroeconómica, de combate à pobreza e de redução das desigualdades. O sistema português tem assistido nos últimos anos ao reforço dos vasos comunicantes entre os regimes contributivo e não contributivo, levando com isso a um esbatimento da sua dimensão seguradora. Contudo, não se podem ignorar os riscos de ilusão orçamental que esse esbatimento tende a implicar. O conhecimento detalhado dos custos de cada eventualidade afigura-se necessário para evitar tal efeito, perscrutando-se a estrutura da TSU, a sua adesão à realidade demográfica e económica atual, e mapeando-se devidamente todos aqueles vasos comunicantes entre regimes. Esse conhecimento deve informar as decisões políticas, sejam elas menos sistémicas, como seja a simplificação do universo de prestações sociais (hoje, um autêntico emaranhado financeiro) ou mais sistémicas, por exemplo um eventual reforço da lógica de seguro social, tornando claros os custos que as prestações sociais implicam para quem contribui e procurando poupanças nesses custos, e assim enfrentando, de forma transparente e intertemporalmente justa, os desafios de adequação/sustentabilidade que se colocam ao nosso sistema de segurança social num quadro de envelhecimento acelerado. ■

A transferência ou subvenção cria uma espécie de ilusão de que a receita transferida não tem custos para os contribuintes.

O papel do sistema de segurança social é inestimável enquanto instrumento de estabilização macroeconómica.

# negócios

negocios.pt

Terça-feira, 14 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4579 | € 2,70  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Colso Filipe**

**NAZARÉ DA C. CABRAL**  
Ilusões orçamentais e o sistema de segurança social  
OPINIÃO 31



**PEDRO BRINCA**  
Fiscalidade é um instrumento de política concorrencial  
OPINIÃO 28




**JORGE DELGADO**  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DAS INFRAESTRUTURAS

**“Temos de encontrar formas de financiar a alta velocidade”**

Concurso para a compra de comboios para estas linhas será lançado em 2022.

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

VÍTOR MORA

**Política monetária**  
Mudança precoce do BCE asfixiaria recuperação

ECONOMIA 14

**Estudo**

Um euro gasto em cerveja rende o dobro à economia

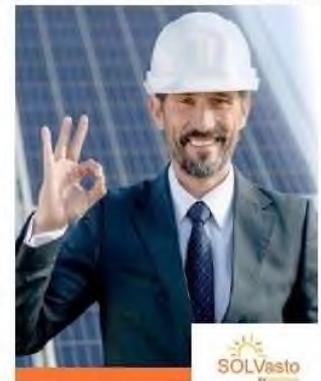
EMPRESAS 20

**Radar África**

Sonangol, uma privatização atrasada ou impossível?

ECONOMIA 16

Publicidade



**APROVEITE A ENERGIA SOLAR**  
SOLUÇÕES CHAVE NA MÃO PARA A SUA EMPRESA  
INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS & E-MOBILIDADE

Descubra mais em  
[solvasto.pt](http://solvasto.pt)

## Há 402 empresas que têm mais de 100 anos

Estudo da Informa D&B faz o retrato das centenárias em Portugal. Na maioria são microempresas e estão concentradas no retalho e indústria. EMPRESAS 18 e 19

Grandes negócios obrigados a manter emprego em 2022 para terem benefícios



Finanças confirmam que grandes empresas que tenham ano fiscal diferente do ano civil arriscam perder isenções ou apoios públicos se eliminarem postos de trabalho.

ECONOMIA 10

Estado vai arrecadar 196 milhões com subida dos gastos com pessoal

ECONOMIA 12

Apple agiganta-se sob a batuta de Tim Cook

Ações subiram dos 14 para os 151 dólares em 11 anos.

MERCADOS 22 e 23



# “Esforço económico” com o SNS diminuiu apesar de o Orçamento ter crescido

Alexandra Campos

Entre 2009 e 2019, os médicos “perderam 383 euros por mês”, contabiliza Bruno Maia no livro *O Negócio da Saúde*

Portugal está a gastar cada vez mais dinheiro com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) mas “o esforço económico com a saúde diminuiu” ao longo dos últimos anos, sublinha o neurologista Bruno Maia no livro *O Negócio da Saúde: Como a medicina privada cresceu graças ao SNS* em que defende a tese de que os grandes grupos económicos que dominam o sector são alimentados pelas “falhas do sistema público e pelas rendas do Estado”.

Antes da pandemia de covid-19, “que veio baralhar as contas”, até 2019 e mesmo ao fim de cinco anos de Governo socialista, os níveis de investimento no SNS ficaram “abaixo dos de 2010”, conclui o médico no livro que ontem foi apresentado no Porto. No período entre 2009 e 2019, “a parcela do PIB [Produto Interno Bruto] gasta em saúde é menor”, contabiliza, sublinhando que, enquanto isto aconteceu em Portugal, na média dos países da União Europeia sucedeu exactamente o contrário, verificando-se um aumento “de 8,3% [do PIB] para 9,6%”.

A tese de Bruno Maia, que é dirigente do Bloco de Esquerda, é que nada disto aconteceu por acaso. A suborçamentação do SNS é “uma escolha política que se mantém há muitos anos sob governos diferentes”, argumenta. Traçando uma espécie de linha paralela no livro, enfatiza que os dados mostram que “há um crescimento muito acentuado do sector privado nos últimos 30 anos enquanto, no mesmo período, há uma perda de serviços e de profissionais do SNS”.

É “um círculo vicioso”, sintetiza. Com a “suborçamentação crónica”, o SNS vai acumulando listas de espera, degradando estruturas e equipamentos, e é obrigado a contratar serviços ao privado, que vai ao sector público recrutar profissionais – os quais, por sua vez, “levam consigo doentes e serviços”. E a situação actual é resultado de “decisões políticas” que passaram pela “desestruturação das carreiras dos profissionais” através da empresarização dos hospitais e da introdução de contratos individuais de trabalho – que representam já 40% do total.

Numa altura em que todos os olhos

estão postos nas verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, Bruno Maia adverte, porém, que “não basta atirar mais dinheiro” para o SNS, uma vez que que isso não será “suficiente para o libertar do círculo de dependência e predação do sector privado”. Para contrariar esta tendência, é necessário investir no SNS, renovar equipamentos e hospitais, e, sobretudo, captar profissionais, defende.

Além de apostar de novo nas carreiras, é preciso avançar para “a dedicação exclusiva”, regime que foi abandonado em 2009 mas que “é a melhor forma de se anularem os conflitos de interesses e a dependência

criada” entre o SNS e o sector privado. Notando que apenas “cerca de 15%” dos médicos estavam a trabalhar 42 horas por semana em 2018, o neurologista acredita que a dedicação exclusiva deve ser o caminho a seguir.

A introdução progressiva do regime de dedicação plena é uma das premissas da Lei de Bases da Saúde aprovada em 2019, mas tem sido rejeitada nos últimos anos pelo Governo. Lembrando que “muitos serviços do SNS sobrevivem hoje com médicos especialistas contratados a tempo parcial ou com restrições de horário pela sua situação de

pluriemprego”, Bruno Maia defende, todavia, que a generalização deste regime apenas será bem-sucedida com um plano faseado de médio prazo que, numa primeira fase, deve ser voluntária.

**Profissionais “mal pagos”**

Frisando que os profissionais de saúde “são mal pagos em Portugal”, lembra que, entre 2009 e 2019, “sofreram quebras de rendimento consideráveis”, quando se compara o ganho médico mensal líquido. Os médicos perderam 17%, “383 euros por mês”, os enfermeiros, 11%, “123 euros” por mês, e até os assistentes

operacionais, que ganham pouco mais do que o salário mínimo, perderam 4%, “23 euros” mensais, enumera, citando cálculos do economista Eugénio Rosa. E se a perda de rendimento começou com os cortes impostos durante a intervenção da *troika*, quando estavam no Governo o PSD e o CDS-PP, continuou devido à não recuperação total dos cortes e à não actualização dos salários durante o Governo PS, acentua.

Em simultâneo, Bruno Maia defende que vai ser necessário “internalizar”, ou seja, “trazer para dentro do serviço público” tudo o que neste momento está nas mãos dos privados por convenções, como exames complementares de diagnóstico, consultas, cirurgias, transportes e saúde oral. Mas isto implica “começar por fazer um inventário de todas as convenções” em vigor, de maneira a calcular as necessidades.

No livro, percorre a história dos grupos privados da saúde que são, na maior parte dos casos, “os mesmos grupos de alta finança e as mesmas famílias proprietárias que dominaram a economia portuguesa nos últimos cem anos”. Focou-se essencialmente na José de Mello Saúde e na Luz Saúde porque são “os dois maiores grupos e são também os melhores”, uma vez que oferecem uma maior variedade de serviços e concentram os médicos “mais conceituados”. Mas passa igualmente em revista a evolução do grupo Lusíadas e dos maiores laboratórios privados, além da Associação Nacional de Farmácias, que designa como “polvo”. “Deixou de ser uma associação que representa as farmácias para ser uma associação que as controla”, conclui.



Apenas 15% dos médicos estavam a trabalhar 42 horas por semana em 2018

**Portas giratórias**

Em 45 governantes, 40% têm ligações ao sector privado

Bruno Maia analisou o percurso de 45 ministros e secretários de Estado da Saúde depois do 25 de Abril de 1974 até 2020 e concluiu que “40% apresentam ligações a empresas do sector” anteriores ou posteriores ao início de funções governativas.

A percentagem é maior nos governantes do PSD (44%) do que nos do PS (30%) e apenas um quarto dos que são profissionais de saúde (todos médicos) tiveram ou têm ligações ao sector privado, enquanto mais de

metade dos governantes de outras áreas têm ligações a empresas do sector, específica.

Nesta amostra, nove são mulheres e, destas, só três têm ligações ao privado. A actual ministra da Saúde, Marta Temido, é uma delas mas apenas manteve uma ligação “discreta” com o sector privado, diz o médico. A ministra foi presidente não executiva da sociedade gestora do Hospital da Cruz Vermelha. As outras duas são Leonor Belez e Maria de Belém.

“Os profissionais de saúde e as mulheres têm menos tendência para ter incompatibilidades ou conflitos de interesses”, resume.

Investigando as ligações dos governantes analisados a outros sectores de actividade, em 18 deles encontrou “111 ligações a empresas privadas”. Também constatou que as ligações a bancos, sociedades financeiras e de crédito foram as mais frequentes (39%), representando o sector da saúde apenas 19%.

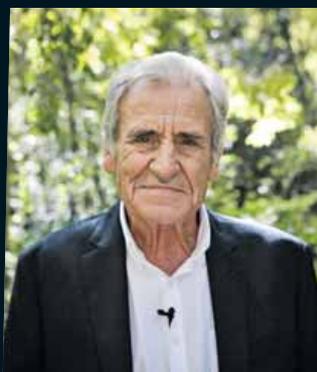
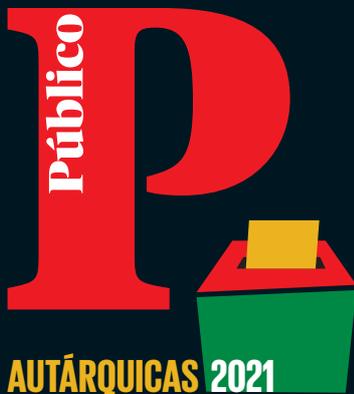
“Os dados mostram que os governantes da área da saúde mantêm ligações com os grupos económicos além do próprio sector da saúde”, e o grupo Espírito Santo (hoje Luz Saúde) e o grupo Mello “os campeões das ligações” ao Governo, assinala.

Olhando para a relação temporal entre a presença no Governo e o início da ligação ao sector privado, percebeu ainda que, 22 das 111 ligações foram estabelecidas antes e 88 após a passagem pelo Governo.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça-feira, 14 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.463 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



# Direita e CDU à conquista de mais câmaras, PS tenta resistir

Centro-direita joga futuro das lideranças. Sondagem em Almada mostra PS e CDU separados por quatro pontos. Arranca a campanha oficial para as autárquicas, com vários líderes partidários na estrada a partir de hoje

Destaque 2 a 7 e Editorial • Acompanhe em [publico.pt/autarquicas-2021](http://publico.pt/autarquicas-2021)

## Carga fiscal

### Impacto da descida do IRS depende da taxa de retenção

Para o desdobramento dos escalões se sentir já em 2022, terá de haver alterações nas tabelas mensais de retenção na fonte *Economia*, 22

## Sector da saúde

### Cerca de 40% dos governantes têm ligações ao sector privado

No livro *O Negócio da Saúde*, Bruno Maia faz as contas ao percurso de 45 ministros e secretários de Estado da Saúde desde 1974 *Sociedade*, 14

## Graça Freitas

### “Vamos libertar os portugueses dos boletins diários da covid”

Directora-geral da Saúde diz que está para breve mudança das regras de isolamento profiláctico para vacinados *Sociedade*, 13

## Inquérito Europeus, incluindo os portugueses, preferem Merkel a Macron para liderar a Europa

Mundo, 18/19



## Rock in Rio

### Preto Zezé conta como o hip-hop está a mudar as favelas no Brasil

Presidente da Central Única das Favelas junta-se a Gilberto Gil, num ciclo de conversas *online* sobre como mudar o mundo *Cultura*, 28/29



# Retoma e aumento de depósitos aliviam efeito do fim das moratórias

Sérgio Anibal

**Recuperação da economia e sinais de que as empresas acumularam reservas estão a reduzir a apreensão sobre o fim das moratórias**

A persistência, durante os últimos meses, de um aumento significativo do valor dos depósitos bancários de particulares e empresas, incluindo as dos sectores mais afectados pela pandemia, é um dos motivos por trás do maior optimismo das autoridades reguladoras do sector financeiro relativamente ao impacto do fim das moratórias de crédito agendado, na maior parte dos casos, para o final de Setembro.

No início da crise, numa altura em que apenas o acesso a créditos garantidos pelo Estado e o recurso a moratórias no pagamento dos empréstimos já existentes permitiram que uma parte considerável das empresas e um número substancial de famílias não entrassem em incumprimento das suas prestações, temia-se que, com uma retoma lenta da sua actividade e um acumular do endividamento, se criasse uma situação de dependência face às moratórias. E que no momento em que estas tivessem de ser retiradas, como acontece agora, os impactos tanto no sector empresarial como nas famílias fossem muito significativos, conduzindo às falências que tinham sido adiadas e ao disparar dos níveis de crédito malparado na economia.

Neste momento, contudo, a pouco mais de meio mês do fim das moratórias para a grande maioria das empresas e famílias, as expectativas no banco central, apurou o PÚBLICO, são as de um processo de retirada deste mecanismo mais pacífico do que aquele que chegou a ser temido em fases mais iniciais da crise.

Um dos indicadores que estão a ser vistos como reconfortantes relativamente à reacção de empresas e particulares ao fim das moratórias é o dos depósitos bancários acumulados.

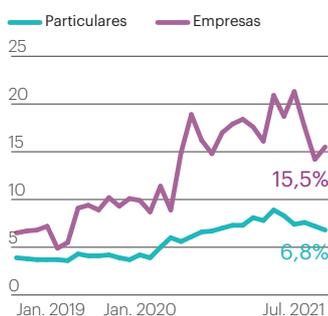
Desde o início da crise, num cenário que então provocou alguma surpresa, assistiu-se a um aumento do valor dos depósitos bancários acumulados por particulares e empresas. Entre Fevereiro de 2020 e Julho de 2021, os depósitos de particulares aumentaram, de acordo com os dados do Banco de Portugal, 19.595 milhões de euros, ou 11,5%, enquanto os depósitos das empresas cresceram 12.899 milhões de euros, ou 23,2%.



Sector do turismo está entre os mais dependentes da protecção dada pelas moratórias de crédito

**No final de Julho, os empréstimos em moratória ascendiam a 36,8 mil milhões, tendo as empresas a maior fatia**

Valor dos depósitos em bancos  
Variação homóloga em %



Fonte: Banco de Portugal PÚBLICO

No caso dos particulares, o facto de as possibilidades de consumo terem ficado muito limitadas durante a pandemia e de a queda do rendimento disponível ter sido mitigada pelas medidas de apoio do Estado fizeram com que a taxa de poupança atingisse níveis históricos. No caso das empresas, para além dos apoios públicos, o acesso a financiamento em condições favoráveis foi usado para acumular reservas para o futuro.

Muito relevante é o facto de, mesmo nos últimos meses, já sem estes efeitos, o montante dos depósitos ter continuado a subir a um ritmo elevado, com uma variação homóloga em Julho de 6,8% no caso dos particulares e de 15,5% no caso das empresas. Isto mostra que, com a ajuda da retoma que se regista na actividade económica, uma parte importante das empresas, mesmo nos sectores mais afectados pela crise, pode estar a conseguir preparar-se para o desafio que irá constituir o fim das moratórias.

Mas, se há razões para um maior optimismo, também não existe a ilusão de este vir a ser um processo

inteiramente saudável, sem quaisquer vítimas. No final de Julho, o montante global de empréstimos em moratória ascendia a 36,8 mil milhões de euros, tendo as empresas a maior fatia, com 21,8 mil milhões de euros, e, entre elas, as dos sectores mais afectados pela pandemia contam com créditos em moratória de 8400 milhões de euros.

Numa tentativa de limitar a ocorrência de casos de entrada em incumprimento no período pós-moratórias, o Governo está a preparar o lançamento de medidas que facilitem a normalização da economia, incluindo o acesso a uma garantia pública sobre parte dos créditos, com processos de reestruturação das dívidas em empresas pertencentes aos sectores mais afectados pela pandemia. Do lado do Banco de Portugal foram também lançadas instruções às instituições financeiras para que estas façam um acompanhamento próximo e antecipado da situação dos seus clientes, numa tentativa de evitar que se chegue a uma situação de ruptura.



## Economia Governo vai reformular os escalões do IRS no Orçamento

# Impacto da descida do IRS em 2022 depende das taxas de retenção

Para o desdobramento dos escalões do imposto sobre os rendimentos se sentir ao longo do próximo ano, Governo terá de reflectir as alterações nas tabelas mensais. Em 2018, só o fez parcialmente

**Pedro Crisóstomo**

A reformulação dos escalões do IRS que o Governo está a preparar para 2022 deverá desagrar a carga fiscal de alguns contribuintes, mas o impacto dessa descida nos salários e nas pensões ao longo dos meses ainda é uma incógnita, porque dependerá da forma como o ministro das Finanças, João Leão, ajustar as tabelas de retenção na fonte.

Actualmente, há sete patamares de rendimento. O primeiro-ministro admitiu na semana passada que o executivo está a estudar mexer no terceiro e sexto escalões, isto é, nos patamares de rendimento colectável dos 10.732 euros aos 20.322 euros, e dos 36.967 aos 80.882 euros. Mas nada mais se sabe de forma oficial.

Quando, em 2018, o primeiro Governo de António Costa aumentou o número de escalões de cinco para sete e alterou as taxas gerais (aquelas que servem para calcular efectivamente o imposto a pagar sobre todo o rendimento auferido num ano completo), o executivo também ajustou as tabelas de retenção (as taxas através das quais é descontado o IRS todos os meses nos salários e nas pensões), mas não reflectiu aí toda a descida do IRS e mesmo em 2020 as tabelas continuavam desajustadas.

Agora que se prepara para reformular de novo os escalões, a dúvida volta a colocar-se. “Para que a redução da carga fiscal se faça sentir em 2022, as tabelas de retenção na fonte deveriam ser alteradas e acompanhar a redução decorrente da reformulação dos escalões”, refere ao PÚBLICO Ana Duarte, do departamento fiscal da consultora PwC.

Mesmo quando o Governo revelar a proposta do Orçamento do Estado para 2022 em Outubro, é expectável que ainda não haja uma fotografia da dimensão da redução da carga fiscal mensal de 2022, porque, por norma, as tabelas de retenção só são publicadas em Dezembro ou no mês de Janeiro do próprio ano de rendimentos.

Até lá, sublinha Ana Duarte, fica a dúvida se a redução da carga fiscal “se irá reflectir mensalmente” em 2022 ou apenas “a meio do ano de 2023”, após a entrega das declarações de IRS referentes ao ano de 2022.

O fiscalista Luís Leon recorda que a história nos mostra, “num passado recente”, que o Governo optou por



**O ministro das Finanças, João Leão, está a trabalhar na concretização da medida anunciada pelo primeiro-ministro para o Orçamento do Estado para 2022**

**Não é possível dizer para já com exactidão quantos contribuintes deverão beneficiar das alterações**

distribuir o impacto orçamental ao longo dos anos. Fê-lo com a reformulação dos escalões em 2018 e com a eliminação progressiva da sobretaxa de IRS, aponta.

**Estancar a descida**

Ana Duarte lembra que é com base nas tabelas de retenção, publicadas anualmente, que as entidades patronais efectuem, todos os meses, “a retenção na fonte de IRS sobre o valor do salário pago”. O montante é, depois, deduzido “ao valor final de IRS devido, após a entrega da declaração anual de IRS, apurando-se

assim um valor adicional de IRS a pagar ou a reembolsar”.

Para apurar o imposto final, o que conta são as taxas do IRS e, como elas são aplicadas de forma progressiva (isto é, a taxa sobe à medida que se sobe em cada patamar de rendimento), se for alterado o “valor do limiar de um escalão de rendimento” ou a taxa “correspondente a um determinado escalão”, essa mudança “tem impacto em todos os níveis de rendimento deste escalão e, em princípio, dos escalões acima”, explica a especialista da PwC.

António Costa referiu ser necessário mexer no terceiro e sexto. Mas se o quarto e quinto escalões não sofrerem alterações, refere Ana Duarte, estes dois degraus “podem vir a ser utilizados para atenuar/estancar o efeito da redução da carga fiscal para os contribuintes dos escalões acima, tal como sucedeu na última revisão dos escalões ocorrida em 2018”. Por isso, diz, a redução da carga fiscal “poderá ser mais acentuada em termos relativos para os contribuintes do terceiro escalão do que para os contribuintes do sexto”.

A especialista da PwC ressalva que, “sem serem conhecidos os novos valores do limiar dos escalões e as respectivas taxas, somente podemos referir que é expectável [haver] uma

redução da carga fiscal para alguns contribuintes”.

Ao mesmo tempo, será determinante “saber se serão propostas alterações aos limites e natureza das despesas dedutíveis à colecta do IRS (despesas de saúde, educação, etc.)”, porque elas podem ter impacto na redução da carga fiscal que decorre da reformulação dos escalões.

No desdobramento de 2018, recorda Luís Leon, o nível de fiscalidade dos rendimentos acima dos 36 mil euros compensou “a descida do imposto abaixo”.

**Herança de Centeno**

Não é possível dizer neste momento, com exactidão, quantos contribuintes deverão beneficiar das alterações, porque as estatísticas do fisco apresentam a informação organizada em patamares de rendimento desconhecidos dos sete da tabela do código do IRS.

O ministro das Finanças, João Leão, afirmou há dias, à Lusa, que o desdobramento não implicará um aumento da carga fiscal.

O fiscalista Luís Leon recorda que o nível da carga fiscal em Portugal continua nos 35% do Produto Interno Bruto (PIB), recordando que a fotografia ao Orçamento não pode ser tirada apenas olhando para o IRS, mas para o conjunto de alterações que nele existam tanto nos impostos directos como nos indirectos – porque, recorda, outros OE implicaram agravamentos nos segundos, como no imposto sobre produtos petrolíferos, no imposto de selo ou no imposto sobre as bebidas açucaradas.

“Aproximadamente 90% dos portugueses são trabalhadores por conta de outrem ou pensionistas. Quando se diz que vamos aliviar o IRS aos trabalhadores e reformados para aumentar [a tributação] sobre os consumidores, é ignorar que são os mesmos”, afirma Leon.

A ideia de voltar a aumentar o número de patamares de rendimento começou a ser estudada quando Mário Centeno ainda era o ministro das Finanças.

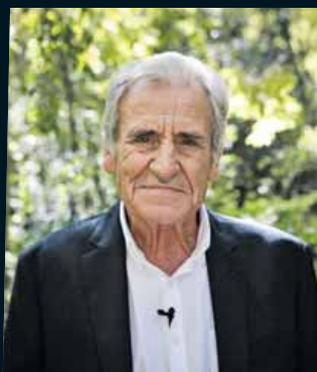
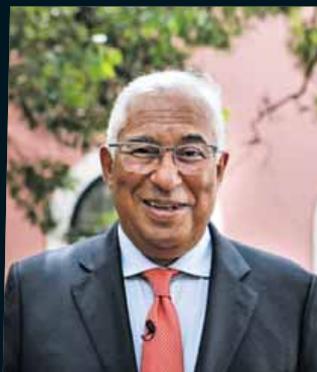
O Governo tinha em mente alterar os escalões para 2021, o que implicava ter a medida pronta no Orçamento do Estado discutido há um ano, mas, com a pandemia, o executivo decidiu adiar a mudança. Costa relançou-a no início de Setembro, antes das negociações com os partidos à esquerda.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça-feira, 14 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.463 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Publico P  
AUTÁRQUICAS 2021



# Direita e CDU à conquista de mais câmaras, PS tenta resistir

Centro-direita joga futuro das lideranças. Sondagem em Almada mostra PS e CDU separados por quatro pontos. Arranca a campanha oficial para as autárquicas, com vários líderes partidários na estrada a partir de hoje

Destaque 2 a 7 e Editorial • Acompanhe em [publico.pt/autarquicas-2021](http://publico.pt/autarquicas-2021)

## Carga fiscal Impacto da descida do IRS depende da taxa de retenção

Para o desdobramento dos escalões se sentir já em 2022, terá de haver alterações nas tabelas mensais de retenção na fonte *Economia*, 22

## Sector da saúde Cerca de 40% dos governantes têm ligações ao sector privado

No livro *O Negócio da Saúde*, Bruno Maia faz as contas ao percurso de 45 ministros e secretários de Estado da Saúde desde 1974 *Sociedade*, 14

## Graça Freitas “Vamos libertar os portugueses dos boletins diários da covid”

Directora-geral da Saúde diz que está para breve mudança das regras de isolamento profilático para vacinados *Sociedade*, 13

## Inquérito Europeus, incluindo os portugueses, preferem Merkel a Macron para liderar a Europa Mundo, 18/19



## Rock in Rio Preto Zezé conta como o hip-hop está a mudar as favelas no Brasil

Presidente da Central Única das Favelas junta-se a Gilberto Gil, num ciclo de conversas *online* sobre como mudar o mundo *Cultura*, 28/29

## DENÚNCIA

# Faltam médicos em 75% das Urgências

**CASO** ♦ Sindicato Independente dos Médicos diz que a situação vai agravar-se se nada for feito  
**PAÍS** ♦ Problema é de âmbito nacional e particularmente grave em Leiria e Vila Franca de Xira

ISABEL JORDÃO

**A**s equipas médicas de serviço às Urgências hospitalares estão “desfalcadas e não cumprem os critérios de segurança clínica exigidos em 75 por cento dos casos”, disse ontem ao **CM** o secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), Roque da Cunha, adiantando que o problema é nacional e “particularmente grave” nos hospitais de Leiria e de Vila Franca de Xira.

A escassez de médicos é uma “questão de fundo e se nada for feito vai agravar-se”, defende Roque da Cunha, que apela ao Ministério da Saúde para “dia-

## SINDICATO REFORÇA APELO AO DIÁLOGO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

logar com os sindicatos” e para “criar condições para os médicos ficarem no Serviço Nacional de Saúde”, contratando mais profissionais e melhorando os salários dos especialistas.

“O principal problema é o nível de denegação do Ministério da Saúde em relação ao problema”, defende o médico.

No Hospital de Santo André, em Leiria, “são várias as especialidades-chave ao Serviço de Urgência afetadas pela grave carência em recursos humanos médicos”, diz o Sindicato Independente dos Médicos em comunicado, adiantando que “a Medicina Interna, a Cirurgia Geral e a Ortopedia encon-



Falta de pessoal na Urgência do Hospital de Santo André é particularmente grave, denuncia sindicato dos médicos

tram-se neste rol”. Além disso, “40 por cento das Urgências são asseguradas por prestadores de serviço”, frisa Roque da Cunha.

No Hospital de Vila Franca de Xira, “as equipas do Serviço de Urgência e de Medicina Interna não cumprem os níveis de segurança necessários, exigidos pelos critérios mínimos definidos pela Ordem dos Médicos, e não se prevê resolução imediata à vista”, especifica o Sindicato em comunicado. ●

## PORMENORES

### Resposta

O Centro Hospitalar de Leiria diz que “há uma efetiva escassez de recursos humanos e em particular de pessoal médico a que é alheio, pois trata-se de um problema nacional de falta de profissionais”.

### Vagas

Do concurso para contratação de médicos de várias especialidades que foi lançado em julho, para 36 vagas, até agora só foi possível ocupar 19 vagas”, adianta o Centro Hospitalar de Leiria.

### Incapacidade

Para o Sindicato Independente dos Médicos, “a situação vigente mais não é do que o espelho da incapacidade do SNS atrair especialidades nas diversas áreas de exercício profissional médico”.



## EDUCAÇÃO

**Fenprof acusa patrões de “má-fé” negocial**

**3** A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) entregou ontem uma carta aberta à Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), a quem acusa de “má-fé” na negociação do contrato coletivo de trabalho dos ensinos particular, profissional e artístico. Sem acordo, o processo negocial está agora em fase de conciliação, estando agendada para dia 22 nova reunião. ●



FRASE

**“PROTESTO EM SÃO BENTO TEM COMO OBJETIVO DEMONSTRAR O DESAGRADO COM O PROCESSO NEGOCIAL COM O MAI”**

**PAULO SANTOS**  
ASSOCIAÇÃO SINDICAL  
DOS PROFISSIONAIS  
DA POLÍCIA (ASPP/PSP)





# 30% dos que vivem nas cidades admitem mudar-se para o campo

**RANKING** A pandemia criou maior apetência por uma vida mais calma e em contacto com a natureza, mas são as grandes cidades do país, Lisboa e Porto, que continuam a distinguir-se na captação de investimento, criação de emprego e no turismo.

TEXTO SÓNIA SANTOS PEREIRA

A história retrata contínuos movimentos de êxodo rural, com milhares de portugueses a fugirem do campo para as cidades à procura de melhores condições de vida, mas a pandemia da covid-19 parece que veio contrariar essa demanda. Quase 30% da população que vive em meios urbanos admite mudar-se para o campo à procura de maior tranquilidade, melhor qualidade de vida e contacto permanente com a natureza. Esta conclusão deriva do estudo "O impacto da pandemia nas marcas territoriais", da Bloom Consulting, que este ano acompanha a edição anual do Portugal City Brand Ranking.

É na faixa etária dos 35-44 anos e entre os habitantes de Lisboa, Braga, Évora e Coimbra que este apelo do mundo rural se mostra mais forte, com 41% dos inquiridos a afirmar que gostariam de trocar a cidade pelo ambiente do campo. Os mais reticentes a estas mudanças são os jovens entre os 18 e 24 anos e os cidadãos que vivem nos distritos de Viana do Castelo, Ponta Delgada, Beja e Castelo Branco, embora neste universo etário haja 19% dos inquiridos a olhar para o ambiente campestre com agrado.

No entanto, a edição de 2021 do Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking revela que as duas grandes cidades do país, Lisboa e Porto, continuam a ser os melhores municípios para viver, investir e visitar. O relatório, que é publicado anualmente – a exceção foi 2020 devido à pandemia –, assenta na análise estatística do desempenho socioeconómico dos 308 municípios portugueses nas áreas de negócios (investimento), visitar (turismo) e viver (talento), na medição das pesquisas realizadas nos principais motores de busca mundiais e no desempenho online das páginas das autarquias e respetivas redes sociais.

## Intocáveis

O top 25 é liderado por Lisboa, Porto, Cascais, Braga e Coimbra, concelhos que mantêm as suas posições intocáveis no que se relaciona com a capacidade de atrair talento, negócios e turismo. A capital mantém o domínio em todas as dimensões do estudo, registando "uma performance exemplar em todas as variá-



No topo das melhores cidades para se viver, Lisboa é também aquela em que mais residentes querem sair para o campo.

veis estatísticas e digitais", sublinha a consultora. Aliás, o aumento progressivo do volume de pesquisas, colocou Lisboa como uma das cidades europeias mais procuradas por investidores, turistas e profissionais nacionais e estrangeiros.

Apesar da supremacia e intocabilidade dos cinco municípios citados, o ranking deste ano apresenta algumas variações. As grandes novidades são as subidas de Vila Nova de Gaia à sexta posição, escalando quatro posições, e Aveiro que ascende ao top 10, subindo três lugares. Em sentido contrário e na lista dos dez municípios nacionais mais im-

portantes nos três indicadores económicos, o relatório aponta a perda de relevância do Funchal, que desceu três posições, caindo para o 10.º posto, apesar de ocupar a melhor posição de sempre na dimensão negócios (10.º), e Sintra e Faro, que desceram uma posição face à subida de Vila Nova de Gaia. Os concelhos de Leiria e Viseu subiram ao top 15 e Viana do Castelo e Vila do Conde estrearam-se no ranking global.

Numa análise mais fina, a consultora destaca que no indicador negócios Cascais regressou à terceira posição do ranking, completando o pódio encabeçado por Lisboa e Por-

to. Vila Nova de Gaia estreou-se entre as cinco melhores performances nesta categoria, destronando Braga que pela primeira vez sai do top 5 e cai para a 6.ª posição. Coimbra fecha esta lista restrita, mantendo o 5.º lugar. No que toca à componente visitar (turismo) é incontornável o efeito da crise pandémica, que impactou uma variada troca de posições. Logo no top 5 registou-se a entrada do Funchal, Cascais e Portimão, logo a seguir a Lisboa e Porto. E alargando-se a observação até às 10 marcas territoriais mais fortes na componente turismo verifica-se uma subida impressionante de Braga, que escalou quatro lugares para ocupar o 6.º, e de Vila Nova de Gaia, que fica a fechar esta lista depois de escalar dez posições.

Na dimensão viver, Lisboa, Porto, Coimbra e Braga têm agora a companhia de Viseu no top 5, depois do município da região o centro subir sete lugares e a posicionar-se entre as melhores marcas portuguesas para a atração de estudantes, trabalhadores e talento, sustentando a tendência de subida nesta categoria já verificada na edição anterior do estudo.

sonia.s.pereira@dinhelro.vivo.pt

## TOP 5 - Melhor cidade para...

NEGÓCIOS	VISITAR	VIVER
1º Lisboa -	1º Lisboa -	1º Lisboa -
2º Porto -	2º Porto -	2º Porto -
3º Cascais +1	3º Cascais -	3º Cascais +1
4º V.N.Gaia +4	4º V.N.Gaia +1	4º V.N.Gaia +1
5º Coimbra -	5º Coimbra +1	5º Coimbra +7

FONTE: BLOOM CONSULTING 2021



# Revisão das leis laborais mistura-se com negociação orçamental

**PARLAMENTO** Bloquistas dizem que “não abdicam” de negociar com o Governo os dois dossiers “ao mesmo tempo”. E nas leis laborais exigem dos socialistas um “compromisso em tempo útil”.

TEXTO **JOÃO PEDRO HENRIQUES**

O Bloco de Esquerda faz questão de negociar uma reforma das leis laborais em paralelo com as negociações do Orçamento do Estado para o próximo ano (OE2022). E quer, no que toca às leis laborais, “compromissos em tempo útil”, sinal de que faz depender disso a sua atitude face à questão orçamental.

Numa conferência de imprensa, ontem, na sede do Bloco de Esquerda (BE), em Lisboa, durante a qual apresentou as medidas do partido para o Orçamento do Estado para 2022 (OE2022) para aumentar salários e combater a precariedade, a líder bloquista, Catarina Martins, deixou várias críticas às propostas do executivo apresentadas em Concertação Social e avisos ao Governo sobre as questões laborais. “Não abdicamos de negociar legislação do trabalho ao mesmo tempo que negociamos Orçamento do Estado”, avisou.

Sendo certo que “a alteração da legislação laboral não se faz no documento do Orçamento do Estado”, Catarina Martins deixou claro que o compromisso do documento orçamental “deve ser acompanhado de um compromisso de legislação laboral”.

“Também lembro que nós fizemos um acordo de combate à precariedade na anterior legislatura, que o Governo foi atrasando a legislação sobre isso, disse que precisava de ir à Concertação Social e quando veio da Concertação Social em vez de fazer as leis à esquerda fez com o PSD. Também nos lembramos disso e queremos compromissos em tempo útil”, exigiu.

A coordenadora bloquista disse que o Governo “sabe precisamente desta intenção do Bloco de Esquerda e sabe como é importante fazer este caminho de legislação laboral”, admitindo que “este é um problema que o BE está a encontrar, sim, mas é um problema do Governo e é um problema do país”.

“É um problema do Governo porque o Governo ainda não explicou como é que os anúncios que faz têm repercussão concreta na vida das pessoas. O Governo tem mesmo de mexer na legislação laboral porque senão de tudo o que anuncia não significa nada para a vida das pessoas. Zero. É um problema para o país precisamente



Catarina Martins acusa o Governo de António Costa de não combater trabalho temporário.

por causa disso”, justificou.

Os três objetivos do BE nesta matéria, de acordo com a dirigente do partido, são aumentar os salários num país de baixos rendimentos, permitir a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional e combater a precariedade.

Catarina Martins apresentou os argumentos do BE que sustentam a crítica às falhas das 64 medidas que o Governo entregou na Concertação Social sobre o trabalho. Desde logo, o facto de, na análise dos bloquistas, estas medidas não mexerem nas leis laborais do tempo da ‘troika’ e não combaterem o trabalho temporário.

As propostas do executivo, segundo Catarina Martins, não combatem o falso trabalho independente, agravam o abuso do período experimental e elegitam novas formas de precariedade na economia digital.

O facto de estas 64 medidas não promoverem a contratação coletiva e manterem a precariedade dos trabalhadores-estudantes e estagiários são outras críticas feitas pelo BE ao executivo socialista. O BE condena também uma suposta ausência de qualquer avanço na conciliação entre a vida profissional e familiar.

O Bloco tenta dramatizar a ne-

gociação do OE2022 – e, ao invés, o Governo procura desdramatizar.

Pela voz do ministro das Finanças, o Executivo fez saber que a negociação se fará num contexto “muito favorável” para se obter a aprovação do OE2022 à esquerda. “Estou confiante que este ano, até mais do que no ano passado, [...] temos muito mais condições para conseguir a aprovação do Orçamento do Estado para o próximo ano”, disse João Leão.

Em declarações à Lusa no final de uma reunião de ministros da

*“O Governo ainda não explicou como é que os seus anúncios têm repercussão na vida das pessoas. Tem de mexer na legislação laboral porque senão de tudo o que anuncia não significa nada.”*

Catarina Martins  
Coordenadora do BE

Economia e das Finanças da União Europeia, em Kranj, na Eslovénia, o ministro das Finanças justificou que para isso contribuiu desde logo “o contexto macroeconómico e o mercado de trabalho e de evolução económica muito mais favorável”. Mas também – segundo acrescentou – o facto de se ter “conseguido enfrentar muito bem o contexto mais difícil” criado pelo covid-19.

Acerca de um mês de o Governo entregara sua proposta, João Leão reforçou estar “confiante [nomeadamente] de que os partidos de direita, João Leão disse que, “como se viu, não houve nenhum desastre financeiro”. Portugal, pelo contrário, não teve nenhum orçamento rectificativo e posso comprovar que não haverá. As receitas não caíram a pique e o país até conseguiu, pela primeira vez na história, financiar emissão de dívida [...] com taxas de juros negativas.”

Já recordando as críticas à proposta de Orçamento do Estado para 2021, nomeadamente dos partidos de direita, João Leão disse que, “como se viu, não houve nenhum desastre financeiro”. Portugal, pelo contrário, não teve nenhum orçamento rectificativo e posso comprovar que não haverá. As receitas não caíram a pique e o país até conseguiu, pela primeira vez na história, financiar emissão de dívida [...] com taxas de juros negativas.”

joao.p.henriques@dn.pt



## Eleições. Partidos escolhem temas

**A** descentralização de competências para os municípios e as verbas e transparência do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) deverão ser temas centrais da próxima campanha autárquica, em que o próximo Orçamento do Estado (OE2022) também não ficará de fora.

Pelo PS, o secretário-geral adjunto, José Luís Carneiro, apontou precisamente estes dois assuntos (PRR e descentralização) como temas a abordar, salientando que o contributo dos autarcas socialistas será "crucial" para a execução dos fundos europeus. O PSD preferiu não antecipar temas em concreto a abordar por Rui Rio, com fonte oficial do partido a referir que estes dependerão da "dinâmica da campanha".

Já o gabinete de imprensa da CDU elegeu como temas fortes da intervenção do secretário-geral do PCR, Jerónimo de Sousa, "a importância do reforço" da coligação e "a necessidade de resposta a problemas que marcam a vida do país e dos trabalhadores". Questões relativas ao OE2022 ("salários, reformas ou questões laborais", para além do "investimento em serviços públicos, designadamente na saúde") estarão na campanha da CDU.

Já o BE promete que o discurso da coordenadora do partido, Catarina Martins, se irá centrar "na apresentação de propostas para o próximo mandato autárquico", destacando temas como a "urgência de uma política de habitação pública" e "uma política de transportes que chegue a todo o território".

O CDS-PP, por sua vez, elege como bandeira principal a diminuição de impostos. No PAN, o tema principal deverá ser a descentralização, enquanto na IL, o presidente do partido, João Cotrim Figueiredo, "não deixará de relacionar os temas de âmbito nacional com as realidades locais", assegurando prioridade à necessidade de reduzir a carga fiscal e diminuir a burocracia. **LUSA**



## BE não abdica de negociar legislação laboral

**PORTUGAL** A coordenadora do BE, Catarina Martins, avisou que o partido não abdica de negociar as alterações à legislação laboral paralelamente à discussão do Orçamento do Estado para 2022, pedindo ao Governo do PS "compromissos em tempo útil". A coordenadora bloquista disse que o Governo "sabe como é importante fazer este caminho de legislação laboral".



14-09-2021

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 32

Cores: Cor

Área: 5,46 x 5,43 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## Sindicato da Altice quer constituir-se assistente

**PORTUGAL** O Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Altice informou ontem a inspetora geral do Trabalho que pretende constituir-se assistente nos processos de contraordenação pela violação do dever de ocupação efetiva dos trabalhadores que venham a ser instaurados à MEO. O sindicato avança que foi o próprio a pedir a reunião com a inspetora geral do Trabalho.



# BE só viabiliza OE se Governo aceitar mexer nas leis laborais

Catarina Martins exige "compromisso" para aumentar salários e combater precariedade

João Vasconcelos e Sousa  
joao.sousa@ext.jn.pt

**NEGOCIAÇÕES** A coordenadora do BE afirmou ontem que o partido só aceitará viabilizar o Orçamento do Estado (OE) de 2022 se obtiver um "compromisso" do Governo para a alteração das leis laborais. Catarina Martins entende que, sem esse passo, tudo o que o Executivo anuncia "não significa nada para a vida das pessoas". O BE exige um maior esforço no reforço dos salários e no combate à precariedade.

"Não abdicamos de falar da alteração na legislação do trabalho quando estamos a negociar o OE", referiu a líder bloquista, em Lisboa. E avisou: "Se um OE não se debruça sobre os salários, serve para muito pouco".

Catarina Martins revelou que o BE tem "reunido" com o Governo para debater estes assuntos. Embora tenha reconhecido que "algumas" das 64 propostas laborais anunciadas pelo Executivo são "bem-intencionadas", referiu que "há zero medidas que aumentem o salário ou combatam a precariedade no concreto".

"Ninguém paga a renda ao fim do mês ou a conta do supermercado com o anúncio

de milhões do primeiro-ministro", alertou Catarina. A bloquista insistiu que "é preciso mesmo mudar a legislação laboral", já que esta contribui para "baixar salários e direitos" e não é alterada "desde a troika".

"O que o BE não admite é que fique tudo na mesma", sublinhou Catarina Martins, quando questionada sobre as prioridades do partido nas negociações para o OE. "E tudo na mesma é precariedade para várias gerações e salários congelados e muito baixos para todas as outras", explicou.

A líder do BE pediu que o PS seja "coerente" com o que defendeu nos tempos da troika. Argumentou que o mesmo partido que, na altura, foi contra os cortes "em muitos casos", agora "recusa-se a revertê-los".

Em concreto, defendeu que os motivos admissíveis para rescindir com trabalhadores são "muito vagos" e favorecem a "chantagem" dos empregadores. Também pediu a subida das compensações por despedimento dos atuais 12 para os 30 dias – lembrando que, no tempo da troika, o PS pedia 20 dias – e vincou a necessidade de proibir despedimentos coletivos em empresas com lucros ou apoios públicos. ●



Catarina Martins quer que PS seja mais "coerente"

## IMPOSTOS

# Fecho de contas em 2022 força a manter nível de emprego

As grandes empresas que tenham um ano fiscal diferente do ano civil terão de garantir os níveis de emprego também em 2022, sob pena de perderem o acesso a benefícios fiscais ou a apoios públicos, como linhas de crédito lançadas no âmbito da pandemia.

João Miguel Rodrigues

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

As regras que obrigam as empresas a garantir a manutenção dos postos de trabalho por forma a não perderem o acesso a benefícios fiscais e apoios públicos vigorarão durante o ano fiscal de 2021, o que implica que, para as empresas com um ano fiscal diferente do ano civil, se estenda até 2022 e ao momento do fecho de contas anuais. O esclarecimento vem do Governo, na sequência da publicação, no final de julho, da portaria que regulamenta o regime extraordinário e transitório de incentivo à manutenção de postos de trabalho aprovado com o Orçamento do Estado (OE) para este ano.

Este regime, recorde-se, dirige-se às grandes empresas (micro e PME estão excluídas) e, segundo a lei do OE, estabelece que as entidades que tenham registado um resultado líquido positivo em 2020, ficam com o acesso a apoios públicos e a benefícios fiscais "condicionado à observância da manutenção do nível de emprego". Isto "durante o ano de 2021". A regulamentação do regime, que só foi feita já em julho, através de uma portaria assinada pelos secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e da Segurança Social, veio, entretanto, concretizar que está em causa o "período de tributação iniciado em ou após 1 de janeiro de 2021".

Na prática, isto significa que as empresas que tenham um ano fiscal diferente do ano civil, como acontece com alguma frequência, terão de garantir a manutenção de emprego também ao longo de 2022 - e não apenas durante 2021,



A medida do OE 2021 foi regulamentada já no verão por portaria dos secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e da Segurança Social.

como diz a lei do OE - até darem por encerrado o seu ano fiscal.

Num esclarecimento ao Negócios, fonte oficial das Finanças e da Segurança Social sublinha que "estando em causa incentivos fiscais e sendo o IRC um imposto cujo fac-



**Não faria sentido que as empresas com um período de tributação não coincidente com o ano civil cindissem o ano para este efeito.**

FONTE OFICIAL DAS FINANÇAS E DA SEGURANÇA SOCIAL

to tributário se verifica no final do período de tributação, não faria sentido que as empresas com um período de tributação não coincidente com o ano civil cindissem o ano para este efeito". A questão, contudo, poderá não ser tão linear. Os artigos da lei do OE, defende o fiscalista António Gaspar Schwalbach "são bastante claros ao referir-se ao 'ano de 2021' ou 'até ao final de 2021' e aí "não se refere ano contabilístico de 2021, período de tributação de 2021 ou outra expressão semelhante que se possa interpretar como distinta do ano civil".

O Governo, contudo, está irredutível. "Considerando que o ano contabilístico/fiscal não pode ser cindido para este efeito, este regime deve estar harmonizado com esse fator", refere a mesma fonte oficial.

O Governo esclarece, por outro lado, que haverá verificações trimestrais da manutenção dos níveis de emprego pelas empresas, não obstante tal não estar previsto na portaria que regulamentou o regime. "A verificação será feita com periodicidade trimestral para aferir que o número médio de trabalhadores na entidade é, até ao final de 2021, igual ou superior ao nível observado em outubro de 2020", explicam os ministérios. Nesse sentido, "é tido em conta o número de trabalhadores nos meses decorridos entre o referido mês de outubro de 2020 e o mês anterior ao da candidatura, utilização ou formação do apoio público ou incentivo fiscal".

Caso se verifique, então, que há um incumprimento, haverá

consequências várias. Desde logo a impossibilidade de as empresas serem aprovados requerimentos ou candidaturas a linhas de crédito com garantias do Estado apresentadas em 2021; depois, a não aprovação de benefícios contratuais ao investimento cujas candidaturas tenham sido também apresentadas este ano e que respeitem ao regime fiscal de apoio ao investimento (RFAD) ou ao sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento II (SIFIDE II). Finalmente, e no que toca ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), ficarão as empresas impedidas de utilizar "durante o período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2021", estabelece a portaria. ■

# negócios

Terça-feira, 14 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4579 | € 2,70  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Colso Filipe**

**NAZARÉ DA C. CABRAL**  
Ilusões orçamentais e o sistema de segurança social  
OPINIÃO 31



**PEDRO BRINCA**  
Fiscalidade é um instrumento de política concorrencial  
OPINIÃO 28




**JORGE DELGADO**  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DAS INFRAESTRUTURAS

**“Temos de encontrar formas de financiar a alta velocidade”**

Concurso para a compra de comboios para estas linhas será lançado em 2022.

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

VÍTOR MORA

**Política monetária**  
Mudança precoce do BCE asfixiaria recuperação

ECONOMIA 14

**Estudo**  
Um euro gasto em cerveja rende o dobro à economia

EMPRESAS 20

**Radar África**  
Sonangol, uma privatização atrasada ou impossível?

ECONOMIA 16

Publicidade



**SOLVasto**

**APROVEITE A ENERGIA SOLAR**  
SOLUÇÕES CHAVE NA MÃO PARA A SUA EMPRESA  
INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS & E-MOBILIDADE

Descubra mais em [solvasto.pt](http://solvasto.pt)

## Há 402 empresas que têm mais de 100 anos

Estudo da Informa D&B faz o retrato das centenárias em Portugal. Na maioria são microempresas e estão concentradas no retalho e indústria. EMPRESAS 18 e 19

Grandes negócios obrigados a manter emprego em 2022 para terem benefícios



Finanças confirmam que grandes empresas que tenham ano fiscal diferente do ano civil arriscam perder isenções ou apoios públicos se eliminarem postos de trabalho.

ECONOMIA 10

Estado vai arrecadar 196 milhões com subida dos gastos com pessoal

ECONOMIA 12

Apple agiganta-se sob a batuta de Tim Cook

Ações subiram dos 14 para os 151 dólares em 11 anos.

MERCADOS 22 e 23



ACADEMIA E REALIDADE



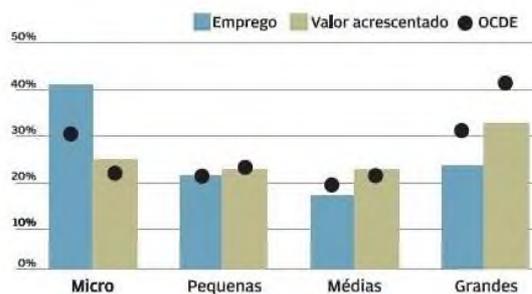
**PEDRO BRINCA**  
Professor Auxiliar da Nova School of Business and Economics

# É preciso escalar o desafio da produtividade

Falar do problema da produtividade em Portugal é mais do que chover no molhado, mas nunca deixa de ser atual. Trabalhamos mais horas do que os alemães, mas por hora criamos pouco mais de metade da riqueza, mesmo tendo em linha de conta as diferenças de preços entre os dois países. Desde 2010, a diferença tem aumentado, quer para a Alemanha, quer para o conjunto dos países da Zona Euro. As razões apontadas para este estado de coisas são várias. Uma das menos faladas tem precisamente a ver com a escala das empresas. Portugal é um dos países em que as micro e as pequenas e médias empresas têm um peso maior. Representam cerca de 78% do emprego e 68% do valor acrescentado, em contraste com a média dos países da OCDE de 69% e 59% respetivamente.

Também salta à vista que, em Portugal, como na OCDE, as grandes empresas são aquelas onde a produtividade do trabalho é maior: apesar de representarem apenas 22% do emprego, geram cerca de 32% do valor acrescentado. A relação entre escala e produtividade é confirmada por estudos recentes em que

**PESO DAS EMPRESAS NO TOTAL DE EMPREGO E VALOR ACRESCENTADO POR TAMANHO\***



\*Em Portugal. Dados relativos a 2018. Fonte: OCDE, SME and Entrepreneurship Outlook 2021

se demonstra que um aumento de 10% no tamanho médio do estabelecimento está associado a um aumento de 3% do PIB per capita e que estes efeitos também estão presentes ao nível da firma como um todo.

A queda acentuada das taxas de juro levou a aumentos dramáticos dos níveis de endividamento. Em Portugal, entre 1995 e 2007, a dívida privada passou de 160% para quase 280% do PIB. A maior liquidez pós pressão sobre os preços dos bens e serviços que só têm expressão local. Isto

criou incentivos à expansão destes setores – restaurantes, cabeleireiros e outros negócios de pequena escala. Em 2019, Portugal era o segundo país da Europa, atrás de Chipre e em igualdade com a Grécia, com a maior percentagem do emprego afeta a cabeleireiros e salões de beleza – cerca de 1,3% da força de trabalho, quase o dobro da média da União Europeia. Um dos principais fatores do aumento da produtividade, a disciplina competitiva e constante inovação trazida pela concorrência

nos mercados internacionais, está ausente.

É importante criar um ecossistema empresarial que favoreça o aumento da escala e a afirmação internacional das empresas portuguesas, em particular em segmentos que nos permitam competir nos mercados internacionais. Não existe nenhuma bala de prata que por si só possa criar essas condições mais favoráveis. Mas o enquadramento fiscal será sem dúvida um dos mais determinantes e pode ser melhorado em três dimensões. Primeiro, nos níveis – Portugal destaca-se por ser um dos países com tributação sobre rendimentos das empresas mais elevada, favorecendo a proliferação de pequenos negócios de subsistência que não pagam quase nenhum IRC. Segundo, a progressividade fiscal do sistema desincentiva precisamente o aumento da escala, prejudicando a produtividade. Terceiro, a falta de estabilidade dos regimes legais aumenta a incerteza e prejudica o investimento. É preciso olhar para a fiscalidade como um instrumento de política concorrencial internacional que ajude as empresas portuguesas a criar escala, riqueza e contribua para que a economia portuguesa volte a uma trajetória de convergência com os níveis de bem-estar das economias mais desenvolvidas da Europa. ■

Em Portugal, como na OCDE, as grandes empresas são aquelas onde a produtividade do trabalho é maior.

Coluna mensal à terça-feira

# negócios

negocios.pt

Terça-feira, 14 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4579 | € 2,70  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Colso Filipe**

**NAZARÉ DA C. CABRAL**  
Ilusões orçamentais e o sistema de segurança social  
OPINIÃO 31



**PEDRO BRINCA**  
Fiscalidade é um instrumento de política concorrencial  
OPINIÃO 28



**JORGE DELGADO**  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DAS INFRAESTRUTURAS

**“Temos de encontrar formas de financiar a alta velocidade”**

Concurso para a compra de comboios para estas linhas será lançado em 2022.

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

**Política monetária**  
Mudança precoce do BCE asfixiaria recuperação

ECONOMIA 14

**Estudo**  
Um euro gasto em cerveja rende o dobro à economia

EMPRESAS 20

**Radar África**  
Sonangol, uma privatização atrasada ou impossível?

ECONOMIA 16

**SOLVasto**

APROVEITE A ENERGIA SOLAR  
SOLUÇÕES CHAVE NA MÃO PARA A SUA EMPRESA  
INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS & E-MOBILIDADE

Descubra mais em [solvasto.pt](http://solvasto.pt)

## Há 402 empresas que têm mais de 100 anos

Estudo da Informa D&B faz o retrato das centenárias em Portugal. Na maioria são microempresas e estão concentradas no retalho e indústria. EMPRESAS 18 e 19

Grandes negócios obrigados a manter emprego em 2022 para terem benefícios



Finanças confirmam que grandes empresas que tenham ano fiscal diferente do ano civil arriscam perder isenções ou apoios públicos se eliminarem postos de trabalho.

ECONOMIA 10

Estado vai arrecadar 196 milhões com subida dos gastos com pessoal

ECONOMIA 12

Apple agiganta-se sob a batuta de Tim Cook

Ações subiram dos 14 para os 151 dólares em 11 anos.

MERCADOS 22 e 23

## ELEVADOR

Diana Ramos  
[dianaramos@negocios.pt](mailto:dianaramos@negocios.pt)



### LUÍS FILIPE VIEIRA

Ex-presidente  
do SL Benfica

Nada tem sido transparente em torno das ações do clube da Luz. Primeiro, o jackpot de quase 14 milhões que José António dos Santos esteve quase a ganhar com a OPA do Benfica (que não avançou), depois o surgimento de um potencial investidor, John Textor, para entrar no capital do clube e comprar a posição do Rei dos Frangos. Agora, a forma como Vieira se quer desfazer dos seus 3,28% na SAD benfiquista. ■



### CATARINA MARTINS

Coordenadora  
do Bloco de Esquerda

A líder do BE diz que o seu partido não abdica de negociar as alterações à legislação laboral paralelamente à discussão do Orçamento do Estado para 2022, pedindo ao Governo do PS “compromissos em tempo útil”. O Bloco insiste em retirar dimensão à discussão na concertação social, que deveria ser o espaço natural desse debate. Depois do Novo Banco, o BE parece estar a encontrar novo refúgio para evitar votar o OE ao lado do PS. ■



## Fenprof acusa patrões de “má-fé” nas negociações

**Em causa estão as conversas sobre um novo contrato colectivo de trabalho em determinados tipos de ensino**

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) entregou ontem uma carta aberta à Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), que acusa de “má-fé” na negociação do contrato colectivo de trabalho dos ensinos particular, profissional e artístico.

Na carta, que foi entregue ao director executivo daquela confederação patronal, a Fenprof acusa a CNEF de “má-fé negocial e de assumir uma atitude que inviabiliza a celebração de um novo contrato colectivo de trabalho (CCT), respeitador dos docentes (...) e que dignifique o seu desempenho profissional”.

As duas organizações iniciaram em 2016 as negociações de um novo CCT para o sector privado da educação, que incluía o particular e cooperativo, o profissional e o ensino artístico especializado. No entanto, segundo a estrutura sindical, o processo negocial ficou marcado por uma disponibilidade da Fenprof para chegar a compromissos, “em contraste com uma postura de intransigência” por parte dos patrões.

“A Fenprof flexibilizou a sua posição relativamente a propostas inicialmente apresentadas, contribuindo para a possibilidade de se alcançar um entendimento. Num esforço final, apresentou uma proposta que tentava conjugar posições de ambas as partes”, recordam os representantes dos professores na mesma carta, explicando que, na altura, ambas as partes se disponibilizaram para “aperfeiçoar as respectivas propostas”.

“Contudo, quando se conheceram as propostas, que, de ambas as partes, deveriam ser de aproximação, verificou-se que as apresentadas pela CNEF, afinal, eram mais do mesmo, não saindo do gueto de intransigência para o qual, desde a primeira hora, a confederação patronal se remeteu, denotando uma postura de má-fé”, acrescenta a Fenprof.

Sem acordo, o processo negocial está agora em processo de “conciliação”, estando agendada para dia 22 de Setembro nova reunião. Em antecipação a esse encontro, a Fenprof sublinhou que a sua expectativa é que “seja possível chegar a um acordo” sem ser “necessário optar por formas de luta mais duras”. **Lusa**